

Comunicações do II Colóquio de Ensino de Filosofia – NEFI

O Núcleo de Estudos de Ensino de Filosofia da Universidade Federal do Piauí (NEFI-UFPI) consolida-se como um dos mais importantes núcleos de estudos de ensino de Filosofia no Brasil e referência para estudantes, professores e pesquisadores, que nele encontram um ambiente ideal para discussão e acolhimento.

No dia 17 de agosto de 2023, no Auditório do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, a partir das 15 horas, teremos o lançamento da revista eletrônica Cadernos do NEFI.

A publicação é resultado do II Colóquio que teve como tema “A Filosofia e a Nova BNCC: primeiro ano de experiência”, realizado no início do mesmo ano. O evento promoveu um debate amplo e franco sobre o ensino de Filosofia e a nova BNCC, sobretudo no primeiro ano de experiência.

Os Cadernos NEFI apresenta a seguir os resumos das comunicações orais realizadas durante o referido Colóquio, visando a socialização das experiências do ensino da Filosofia a partir de temas pertinentes ao exercício do filosofar.

José Renato de Araújo Sousa

Júlio Gonçalves e Sá

O ensino de Filosofia frente as mudanças curriculares da nova BNCC: A proposta do componente Filosofia no Ensino Médio

Guilherme Henrique Madeira Sampaio¹

Resumo: Introdução: A filosofia tem por finalidade fazer com que os estudantes do ensino médio reflitam acerca de diversos assuntos que permeiam o seu cotidiano, incentivando a indagação e a não aceitação das ideias, dos fatos, dos valores, e dos comportamentos sociais do cotidiano, sem que antes os tenha investigado e compreendido. A Filosofia busca respostas e deve estar presente em todas as disciplinas, pois visa entender fatos, fenômenos, e a origem das coisas da natureza e das relações humanas. Com a nova Base Nacional Comum Curricular a Filosofia enquanto disciplina escolar no currículo do ensino médio no Brasil passa por mudanças. No novo modelo para o Ensino Médio as disciplinas não são abordadas individualmente, como acontece no modelo antigo, sendo agora organizadas em quatro áreas do conhecimento, quais sejam, ciências da natureza e suas tecnologias; ciências Humanas e sociais aplicadas; linguagens e suas tecnologias; matemática e suas Tecnologias. Essa nova organização não exclui a disciplina de filosofia, no entanto, a sua presença dependerá do itinerário formativo que o aluno escolher, diferente das disciplinas de língua portuguesa e matemática que serão obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, independente do itinerário escolhido. Objetivo: Este trabalho apresenta como objetivo analisar se diante da importância da filosofia como disciplina que estimula a reflexão, a autonomia do pensar, e que possibilita ao ser humano compreender melhor acerca de si mesmo, a sociedade e o mundo que o cerca, não deveria estar presente em todos os itinerários formativos formulados pelas escolas. Metodologia: Este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca de pesquisa científica, como SCIELO, bem como de anais de congressos, revistas científicas, e livros de autores especializados no tema. Resultados: Como resultado da pesquisa foi possível comprovar que a filosofia perdeu espaço frente as mudanças ocorridas na legislação educacional brasileira, o que é um fator preocupante, haja vista que muitos estudantes não terão contato com a disciplina durante o ensino médio, etapa final da educação básica, que segundo a LDB (1996), tem por finalidades desenvolver o educando, e lhe assegurar formação comum indispensável para o exercício da cidadania, bem como fornecer os meios para progressão no trabalho e em estudos posteriores. Conclusões: Conclui-se então que a Filosofia se torna vulnerável dentro do atual contexto do ensino médio, mesmo diante da sua importância enquanto disciplina pensante, deixando de ter um lugar específico no currículo do ensino médio.

Palavras-chave: Filosofia. Ensino. Mudanças. BNCC.

¹ É Secretário Judicial, ex-assessor de Juiz e ex-assessor de Promotor de Justiça. Advogado licenciado. Possui graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área de Direito com ênfase em Direito. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina - CEUT, em Ensino de Filosofia pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, e em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMINAS.

Desafios e perspectivas do ensino de Filosofia frente à contrarreforma do Novo Ensino Médio

Gleison Lima da Silva¹

Resumo: O referido estudo traz uma abordagem sobre o Ensino de Filosofia frente a contrarreforma do Novo Ensino Médio partindo do princípio de que, ao analisarmos a trajetória histórica do ensino de filosofia no Brasil, perceberemos a predominância de inúmeros problemas que, estão interligados a legitimação e a garantia dessa disciplina no currículo educacional médio, uma vez que esta foi marcada por progressos e retrocessos; ora tal saber era inserido ou anexado como disciplina, ora retirado de sua grade curricular como aconteceu recentemente com a chegada da contrarreforma do Novo Ensino Médio, demonstrando um constante desejo de reduzir a importância da filosofia na grade curricular desta modalidade de ensino. Com esse cenário problemático e complexo que se mostrou em relação a esse ensino, tornou-se urgente para os professores/as de Filosofia investigarem o problema da própria sobrevivência da Filosofia no Novo Ensino Médio. Assim, a presente proposta de investigação emergiu da necessidade de se estudar os desafios e perspectivas do Ensino de Filosofia atual, tomando por base a realidade socioeconômica e cultural dos alunos da escola pública do interior do Nordeste Brasileiro, numa tentativa de compreender por que permanece a inconstância da disciplina de filosofia no currículo do Ensino Médio e o que pensam os alunos e professores de filosofia de uma escola pública localizada no interior do Piauí sobre o ensino filosófico nesse momento de contrarreforma. O objetivo geral desse trabalho buscou analisar os impactos da nova reforma do ensino médio para o Ensino de Filosofia no processo de ensino-aprendizagem em uma escola pública no interior do estado do Piauí e a nossa base teórica fundamenta-se em autores como Favaretto (2013), Sardá (2018), Soares (2012), Costa e Subtil (2016), dentre outros. O presente estudo tem o direcionamento metodológico qualitativo e nos leva a pensar que, nesse contexto adverso e desafiador, que se encontra o ensino médio brasileiro para ser reconfigurado, tanto pela contrarreforma de 2016/2017, quanto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda em fase experimental, as quais anunciam a interferência na formação dos docentes, trará desafios tanto para os professores quanto para os alunos do ensino médio, especificamente àqueles da rede pública de ensino.

Palavras chave: Contrarreforma. Desafios. Ensino Médio

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI

A epistemologia pragmatista de John Dewey: uma contribuição ao ensino de Filosofia no contexto da nova BNCC

Clésio Oliveira Lira¹

Resumo: A delimitação do problema filosófico da presente pesquisa tomará a Epistemologia pragmatista de Dewey como objeto principal de estudo. Dessa abordagem buscar-se-á compreender a concepção de conhecimento do filósofo cuja interpretação incidirá sobre as seguintes categorias de análise: concepção de verdade, concepção de experiência, ‘experiência educativa’, ‘resolução de problemas’ e o caráter social da epistemologia. A partir desse quadro teórico o Ensino de Filosofia será o campo prático de análises das hipóteses pragmatistas. Ou seja, buscar à luz desse itinerário produzir uma reflexão sobre o Ensino de Filosofia e oferecer como produto desse estudo propostas de situações de aprendizagens que visem o favorecimento da crítica, da autonomia do pensamento, da resolução de problemas e da unidade pensamento e ação para a experiência do Ensino de Filosofia em Escolas da Educação Básica. A pesquisa visa ainda identificar as potencialidades do Ensino de Filosofia através das orientações contidas na BNCC. Por conseguinte, pode-se dizer que conhecimento produzido através do Ensino de Filosofia vai requerer um constante exercício de ação e atividade, transformando o universo escolar em um espaço de experiências significativas e criativas. O projeto educacional deweyano é uma resposta prática à sua filosofia instrumentalista. Desta feita, a epistemologia pragmatista de Dewey explica a origem do conhecimento, seu desenvolvimento, criação, geração e produção. Esta concepção revela como este produto, o conhecimento, que é natural e social pode ser compartilhado, aprendido, recriado em um sistema social. Serão consideradas as seguintes obras de Dewey para o desenvolvimento da pesquisa: *Experiência e Natureza* (1974), *A Reconstrução em Filosofia* (2011); *Como Pensamos*(1979a), *Experiência e Educação*(1979b), além de livros e artigos de intérpretes de Dewey e da literatura pertinente ao Ensino de Filosofia, bem como as orientações legais para o Ensino de Filosofia presente na Base Comum Nacional Curricular – BNCC. A concepção de filosofia de Dewey funda-se na experiência, em virtude disso, as concepções acerca do conhecimento, do uso inteligente da razão e da natureza social da filosofia concorrem para a constituição de sua concepção de ciência. Contra a noção tradicional de conhecimento como representação da realidade, Dewey passa a designar o conhecimento como um conjunto de “crenças” e “proposições” tomadas como garantias de usos. Seu objetivo é desenvolver um projeto científico e metodológico que exigirá outra forma de fazer filosofia, que ele caracteriza como uma filosofia empírica.

Palavras-chave: Epistemologia. Pragmatismo. Ensino de Filosofia. Dewey.

¹ Mestrando em Filosofia pelo programa de Pós-graduação em Filosofia – Prof-Filo

Impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-2021) e o ensino de Filosofia

André Francisco Freire Monteiro¹

Felipe Barnabé Batista²

Resumo: O presente trabalho pretende contribuir com o debate das políticas relacionadas ao livro didático, sobretudo no campo filosófico, à medida que faz uma análise da trajetória dos manuais escolares para o Ensino de Filosofia no Brasil. Partindo da compreensão de que o livro didático de Filosofia atualmente é o principal suporte para as aulas da disciplina no Ensino Médio, os objetivos dessa pesquisa consistem em investigar como a Lei nº 13.415/2017, que modificou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) e estabeleceu uma mudança na estruturação do Ensino Médio, alterou a elaboração dos livros didáticos para o Ensino Médio e para a disciplina de Filosofia, que passou a constar como estudos e práticas. Com a Lei nº 13.415/2017, batizada como Reforma do Ensino Médio, a atual organização curricular dividida por disciplinas foi substituída pelo ensino de áreas do conhecimento a serem ofertados pelas instituições escolares a partir de 2023: 1. linguagens e suas tecnologias; 2. matemática e suas tecnologias; 3. ciências da natureza e suas tecnologias; 4. ciências humanas e sociais aplicadas; 5. formação técnica e profissional. Um dos principais impactos da Reforma do Ensino Médio para o PNLD 2021 foi a exclusão de livros didáticos destinados para cada disciplina e passando a distribuir por área de conhecimento, ficando os componentes curriculares, Filosofia, Geografia, História e Sociologia em um único livro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Criado em 1985 a partir do Decreto nº. 91.542, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) surgiu como uma nova proposta visando a distribuição de livros escolares para estudantes da educação básica. Em 2003, como ampliação do PNLD, foi criado, por meio da Resolução nº. 38, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM), com distribuição gratuita de livros didático para todos os alunos dos três anos do Ensino Médio. A partir de 2012, foi destinado pela primeira vez as escolas de Ensino Médio o guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a área de Filosofia. A distribuição de livros específicos para o componente curricular de Filosofia teve continuidade nos PNLD de 2015 e 2018, sendo descontinuada pela recente Reforma do Ensino Médio.

Palavras-chave: BNCC. Livro didático. Ensino de Filosofia.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins.

² Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins (PROF-FILO).

Competências e habilidades na BNCC sobre a educação ambiental

Juliana Maria Teixeira Rodrigues¹

Resumo: Aprovada em 2017, a BNCC é um documento de caráter normativo, ou seja, é composta por normas a serem seguidas para que se alcance o necessário para a educação básica no país. Em meio a muitas maneiras e opções de se fazer pedagógico, está a educação ambiental, apresentada como uma disciplina transversal a ser desenvolvida para os alunos em aulas de ciências. As habilidades e competências da educação ambiental podem ser listadas aqui separadas em três fases da elaboração da BNCC, na fase inicial que ocorreu por volta de 2015 e 2016, o termo educação ambiental não é de fato tão elaborado e específico, esclarecendo apenas que questões e temas que tenham relação com o meio ambiente, devem ser abordados como temas transversais na forma de um diálogo interdisciplinar. Na segunda fase, a EA passa a ser tratada como uma “dimensão escolar”, devendo ser, por tanto, trabalhada para desenvolver um caráter social e desenvolvimento da relação do homem com a natureza, ou seja, nesse momento da BNCC, a educação ambiental era voltada para atitudes e valores, qualidade de vida e proteção do meio ambiente, passando a ser um tema especial. Na terceira e última fase da BNCC, voltada para ensino infantil e fundamental, o termo “educação ambiental” ainda não é contemplado, quanto à sua implementação em sala de aula, apenas de maneira transversal. Exemplos de habilidades com a temática ambiental podem ser encontrados em aulas de ciências a partir do 2º ano, na unidade temática “matéria e energia”, habilidade (EF05CI05). Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana, também é possível observar em aulas de História, unidade temática “Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo” habilidade (EF01HI08), entre outras possíveis colocações do tema ambiental. Podemos concluir que a educação ambiental ainda não tem toda a atenção que merece e que precisa merecer pelo futuro do planeta e conseqüentemente da humanidade, o termo “educação ambiental” aparece rapidamente na seguinte citação retirada da BNCC, ou seja, a educação ambiental é trabalhada em sala de maneira encaixada, para se adequar a uma data ou feriado, sendo muitas vezes abordada de maneira egoísta, apenas para o “eu”, para o “meu” próprio bem, deixando de lado que, o “outro” também precisa ser levado em conta, visto que não são apenas os seres humanos que tem o direito de viver nesta grande esfera coberta por água e terra. A educação ambiental é uma questão que não pode ser deixada de lado, e os sinais dessa urgente necessidade de atenção estão estampados em todo o planeta, com o derretimento das calotas polares devido ao aquecimento global, ou o mar de lixo que se forma nas praias e polui os oceanos. Inspirada pelo movimento ambientalista no final do ano de 1960, a educação ambiental passou a ter seu lugar nas discussões sobre como administrar o planeta. Medidas precisaram ser tomadas por conta de crises que aconteciam em todo o mundo, envolvendo, basicamente, o uso desenfreado dos recursos que o planeta oferece. Diante disso, a educação ambiental pode vir a ser a melhor maneira de tentar contornar a situação, propondo um pensamento coletivo sobre o que seria o melhor a se fazer para resolver o problema, e com isso, após muita pesquisa, entendeu-se que a humanidade faz parte do meio, e por tanto, para sua própria sobrevivência, deve garantir a sobrevivência do planeta.

Palavras-chave: BNCC. Educação Ambiental. Conteúdo transversal. Movimento ambientalista.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, UFPI, Brasil.

A Formação de professores e o ensino de Filosofia: a nova BNCC e o que pode a prática docente

Roberta Liana Damasceno Costa¹

Resumo: É fato que a reforma do Ensino Médio implantada Lei 13.415/2017 não alcançou apenas a Educação Básica, os cursos de Licenciaturas do Ensino Superior diante desta, precisam reformular seus currículos para que estes possam estar alinhados via Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica- BNC- Formação, para atender aos princípios de formação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC. No caso do Ensino de Filosofia as cobranças não são unicamente direcionadas pelas regras nacionais, como a BNC-Formação, mas pela demanda das(os) formandas(os) e professoras(es) da educação básica, que almejam uma conexão maior entre essas duas etapas de ensino, buscando mudanças diversas no modo de formar professoras(es), especialmente do componente Filosofia. Nosso objetivo deste artigo é buscar na história do ensino de filosofia no Brasil, desde a sua obrigatoriedade na educação básica no ano de 2008, apresentar o leque de discussão não somente sobre o lugar da filosofia na sala de aula, a estrutura do currículo de formação dos profissionais de seu ensino, como também exaltar a sua função social do professor-filósofo. A hipótese que se persegue é debater sobre estratégias para a prática docente do ensino de Filosofia que mobilizem uma didática específica, que contribuam para estabelecer estruturas curriculares consistentes e conscientes da concepção da relação do ensino de filosofia e sua função social. Portanto, nosso trabalho persiste ser uma reivindicação, enquanto professores, de uma cidadania para o ensino de Filosofia para que os ditames neoliberais que cercam a elaboração das políticas educacionais nacionais não nos sufoquem e nos tornem invisíveis perante normatividades que escamoteiam nossa singularidade.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Formação de Professores. Educação.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UERJ. Mestre e Graduada em Filosofia – UFC. Pedagoga- CU Claretiano. MBA em Gestão de IES – FVJ. Professora Temporária do Curso de Filosofia da UVA-Ce. Membro do GEPEDE/GEBIO – UVA. E-mail: robertafilos@gmail.com / roberta_liana@uvanet.br

Notas sobre a presença da Filosofia no Itinerário Formativo do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC): relato de uma micro resistência

Antônio Alex Pereira de Sousa¹

Resumo: O presente relato de experiência visa apresentar o modo como foi produzido o Itinerário Formativo da área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA - do Documento Curricular do Ceará (DCRC), considerando o processo como uma micro resistência à governamentalidade neoliberal, entendida como racionalidade que atravessa a educação brasileira e está presente em políticas educacionais como a BNCC e a Lei 13.415/2017. Buscamos apresentar como foi produzido o DCRC e como a Filosofia está presente no Itinerário Formativo – IF - da área CHSA, intitulado *A diversidade da cearensidade: saberes, linguagens, celebrações, lugares de memória, tradições e identidades*. Entre as razões para a definição dos conteúdos das unidades curriculares está o entendimento de que o trabalho com a especificidade dos componentes, visto nos temas, problemas, conteúdos e conceitos historicamente produzidos, são uma aposta segura para a definição dos conteúdos estruturantes das unidades curriculares de um IF.

Palavras-chave: DCRC. Itinerário Formativo. Especificidade do Componente Curricular. Filosofia como Criação de Conceito.

¹ Doutorando e mestre em Filosofia pela UFC. Graduado em Filosofia pela UECE. Professor de Filosofia na rede pública de ensino do Ceará (SEDUC/CE). E-mail: alexsousa.filosofia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0200-5879>

Comunicação e sua importância no nosso cotidiano

Edna Maria Magalhães do Nascimento¹

Victória Santos Suares da Silva²

Resumo: A comunicação é um processo muito importante na vida humana. É através dela que nos relacionamos e interagimos com o mundo ao nosso redor. A comunicação não se limita apenas à fala e à escrita, ela inclui também a linguagem corporal e a expressão facial. Tudo isso é importante para estabelecermos uma boa comunicação com as pessoas ao nosso redor. Não podemos esquecer também da importância da comunicação não verbal, que é aquela que acontece através de gestos e outras formas de expressão. Ela pode ser tão importante quanto a comunicação verbal e, às vezes, até mais. Portanto, podemos dizer que a comunicação é extremamente importante no nosso dia a dia e que precisamos prestar.

Palavras-chave: Comunicação. Linguagem.

¹ Possui doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012) e Pós-doutorado em Filosofia, na área de epistemologia contemporânea, realizado na Universidade de Navarra- Espanha (2016/2017). Atualmente é professora Associada III, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: magaledna@yahoo.com.br

² Estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Colégio Técnico de Teresina - CTT

Crueldade e solidariedade: fundamentos da ética neopragmatista de Richard Rorty

Marco Antonio Conceição¹

Resumo: Este artigo propõe apresentar uma compreensão do espaço deliberativo da ética solidarista do filósofo neopragmatista Richard Rorty. O problema que pretendemos responder é como a partir das formas narrativas abordadas na parte final da sua obra *Contingência, ironia e solidariedade* (1994) a saber *O barbeiro de Kasbeam: Nabokov e a crueldade* e *O último intelectual da Europa: Orwell e a crueldade*, serviram como referência para Rorty representar as noções de crueldade e solidariedade como fundamentos essenciais da sua ética solidarista. Nele, distinguiremos as noções de crueldade e solidariedade como seus fundamentos e buscaremos mostrar como estas noções são compreendidas na perspectiva da referida ética. A referência bibliográfica elementar será a obra referida acima, do próprio filósofo, especificamente a terceira parte, de título *Crueldade e solidariedade*. No capítulo final da obra, denominado *Solidariedade*, Rorty expõe sobre sua compreensão particular da “solidariedade humana” frente à compreensão tradicional do termo que a concebe como algo que existe dentro de cada um de nós, na essência de cada ser humano, que ressoaria a partir da presença do mesmo no outro.

Palavras-chave: Crueldade. Solidariedade. Ética solidarista.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI/PPGFIL – Matrícula 20221001571.
E-mail: marco100s@hotmail.com

O caráter sexista presente na razão iluminista: a crítica filosófica de Mary Wollstonecraft

Palloma Valéria Macedo de Miranda¹

Edna Maria Magalhães do Nascimento²

Resumo: O presente projeto de Mestrado foi intitulado de “O caráter sexista presente na razão iluminista: A crítica filosófica de Mary Wollstonecraft”. Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo principal analisar a questão da invisibilidade da mulher no campo filosófico, sobretudo em virtude da constatação do caráter sexista presente na configuração filosófica dos pressupostos da razão iluminista. Com base no estudo da obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (2016) da filósofa iluminista Mary Wollstonecraft, busca-se identificar os mecanismos de produção de uma epistemologia que reforçou narrativas ‘racionalis’ para justificar as desigualdades de gênero. Nesse sentido, a pesquisa pretende investigar os critérios utilizados para fundamentar a distinção racional entre homem e mulher no contexto do século XVIII; apontar a distinção entre a educação feminina e a masculina no período iluminista; compreender a influência sexista dos princípios morais e, por fim, refletir acerca da atualidade das reivindicações da filósofa, principalmente no que tange a relação entre filosofia e epistemologias feministas. Como desdobramento destes objetivos, a pesquisa também buscará identificar nas obras: *Emílio ou da Educação* (1995); do filósofo Jean-Jacques Rousseau e *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (2020); de Immanuel Kant, elementos teóricos que possam nortear a investigação acerca da relação entre filosofia e epistemologia feminista e que possam destacar os principais critérios que contribuíram para invisibilizar conhecimentos filosóficos produzidos por mulheres ao longo da história deste campo do saber. Além das obras citadas, também serão utilizados artigos, dissertações e teses que abrangem o tema. Em suma, através dos estudos filosóficos de Mary Wollstonecraft (2016), é possível compreender a necessidade de uma avaliação criteriosa das bases tradicionais da filosofia, para que se possa destacar o caráter excludente do cânone filosófico e, dessa maneira, ressaltar a importância de uma educação emancipatória que permita abrir espaço para conhecimentos que são constantemente silenciados, com isso, contribuir para a produção de uma filosofia que seja capaz de refletir sobre o seu próprio contexto histórico-social, à medida que os problemas ocasionados pela desigualdade de gênero ainda estão intrinsecamente ligados à sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Modernidade. Epistemologia Feminista. Sexismo.

¹ Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, e-mail: pallomavaléria10@hotmail.com

² Doutora em Filosofia pela Universidade de Federal de Minas Gerais, docente do Programa de Pós-graduação em Filosofia, e-mail: magaledna@yahoo.com.br

John Dewey: a favor da ciência ou lições anti-negacionistas

Edna M. Magalhães do Nascimento¹

Luiz Victor Teixeira de Sousa²

Resumo: O respectivo projeto de iniciação científica, trata-se de uma pesquisa bibliográfica amparada nas obras do filósofo, John Dewey, acerca da concepção pragmatista de ciência e sua articulação com a democracia. Foi intitulado como, "John Dewey: A favor da ciência ou lições anti-negacionistas". Nele o autor tem como objetivo realizar uma investigação sobre a concepção de ciência e democracia, correlacionando com a filosofia pragmática, e explicar a posição iluminista e contra-iluminista, constatada por intérpretes do pragmatismo clássico. Temos assim, Dewey com sua concepção de ciência como possibilidade de progresso intelectual, mas sobretudo como crescimento moral, político e estético. Dando ênfase ao método empírico que compartilha do mesmo movimento democrático, na aceção de Dewey, podemos evitar disputas ideológicas, fazendo com que cada ponto de vista tenha visibilidade nesse processo, fazendo uma análise imparcial a cada um deles. O autor faz severas críticas à filosofia moderna, na qual ele alega depreciar as características da experiência primária. O resultado, mediante isso, vai apenas gerar problemas artificiais, tirando o foco de problemas já existentes, sem soluções. Em suma, Dewey vai colocar o método empírico como o único que faz jus ao investigar a experiência, conseguindo uma unidade integrada como ponto de partida para o pensamento filosófico. Ele, ao fazer essa filosofia integradora, declara que o mesmo padrão operativo das ciências é também operativo no processo democrático. Assim, conseguimos notar que, tanto no procedimento científico, quanto no democrático, são experimentais, ligadas à ação e à mudança, prezando sempre esse movimento de atualização. Dewey ao analisar a modernidade, enxerga um conflito entre a tradição Iluminista que deriva de Locke e Newton, que se baseia no modelo de razão universal como fonte da verdade científica e política, e a tradição romântica do Contra-iluminista, que deriva de Rousseau, dos poetas e filósofos idealistas que estão em oposição à razão abstrata, defendendo um maior significado do espírito humano, da imaginação e da vontade. Dewey, pois, como continuado de James, adota princípios que originaram a ideia de direitos inalienáveis do indivíduo. Conclui-se assim, que, a principal preocupação de Dewey nesse conflito, é com as minorias em geral. Considerando essa posição, ele nos propõe um método que impedirá de criar problemas artificiais, nos fornecendo um meio para conferir as conclusões das investigações, e, por último, a observação de como funcionam as subseqüentes experiências, adquirindo valor empírico.

Palavras-chave: Ciência. Democracia. Iluminismo e contra-iluminismo.

¹ Possui doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012) e Pós-doutorado em Filosofia, na área de epistemologia contemporânea, realizado na Universidade de Navarra- Espanha (2016/2017). Atualmente é professora Associada III, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: magaledna@yahoo.com.br

² Estudante de graduação em filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A utilização dos jogos em sala de aula: uma relação horizontal professor/aluno

Fernanda Neri de Oliveira¹

Darcisio Natal Muraro²

Resumo: Este trabalho consiste numa pesquisa de doutorado em andamento acerca da importância do jogo em sala de aula. Jogar consiste em uma integração com o meio natural e social, visto que as atividades lúdicas proporcionam a assimilação de valores, o desenvolvimento de habilidades motoras, e uma relação horizontal entre docentes e discentes numa prática reflexiva de regras de sociabilização, de respeito e convivência. No jogo de faz de conta, as crianças assumem papéis diversificados, desenvolvem a percepção do mundo, recriam as relações sociais aproximando o real do imaginário. O jogo aprimora o desenvolvimento da confiança, da empatia, do desenvolvimento motor, bem como mental. Este artigo tem como objetivo apresentar os benefícios da utilização de jogos como material didático para o ensino de filosofia. Analisa também a sua influência na resolução de problemas pedagógicos, como a apatia, os obstáculos para a inclusão e a necessidade de superação da aprendizagem mecânica e desinteressada pela filosofia. A problemática proposta é: como a utilização do jogo pode contribuir para uma aprendizagem significativa? A metodologia consiste de uma pesquisa bibliográfica à luz dos fundamentos de autores da filosofia da educação, como John Dewey e de reflexões sobre práticas de sala de aula. Com este estudo almeja-se vislumbrar a praticabilidade do ensino de filosofia por meio de atividades lúdicas para crianças da educação infantil, contribuindo na sua formação e no desenvolvimento da autonomia e criticidade. A criança, desde a mais tenra idade, faz arte e filosofa, sendo o jogo uma atividade lúdica que exige o ato de pensar. Para Dewey (1959, p. 216) “[...] os jogos tendem a reproduzir e fortalecer não só as excelências como também a rudeza do ambiente da vida dos adultos. Torna-se, função da escola proporcionar um ambiente no qual os jogos e os trabalhos se orientem para facilitar o desenvolvimento mental e moral. Não basta que nela se introduzam jogos e brinquedos, tudo depende do modo que serão utilizados”. Esta são questões que não podem ser desconsideradas, quando se aspira realizar um estudo sobre o jogo e o brinquedo independentemente da cultura, visto que ambos são elementos da atualidade, e ocupam lugar importante na sociedade.

Palavras-chave: Jogo. Criança. Professor. Aluno.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, na linha de Perspectivas Filosóficas, Históricas, Políticas e Culturais de Educação, núcleo Filosofia e Educação (2022-2026). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina UEL (2019-2020), na linha Docência: Saberes e Práticas, núcleo Formação de Professores. Possui graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela FACCAR - Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Rolândia (2008-2010). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2013-2017).

² Pós-doutorado pela Universidade Federal do ABC. Atualmente é professor Associado da Universidade Estadual de Londrina. Atua como docente no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEL (PPEDUEL) Mestrado e Doutorado.

Ensino de Filosofia numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica: uma proposta de intervenção para o Ensino Médio

Rogério Sérgio dos Santos¹

José Renato de Araújo Sousa²

Resumo: O presente trabalho intitulado *Ensino de Filosofia numa perspectiva da ética das virtudes aristotélica como uma proposta para o Ensino Médio* surge com o propósito de trazer para o meio escolar reflexões pautadas nos saberes éticos, a fim de ampliar os debates em sala de aula sobre a temática, haja vista que tais valores nesse espaço se mostram enfraquecidos. A construção da pesquisa se deu a partir da problemática com as seguintes questões: como a ética das virtudes pode dar conta dos problemas éticos existente no espaço escolar e ou sociedade? É possível trabalhar uma ética clássica nos dias atuais sem transpor ideias prontas ou doutrinar? Como construir saberes éticos no Ensino Médio a partir de uma intervenção filosófica? Como a ética das virtudes pode contribuir para o exercício da cidadania? Como tentativa de dar resposta a tais questões desenvolvemos os seguintes objetivos. O geral: promover uma ação intervencionista através da prática docente em filosofia, no nível médio da Escola Família Agrícola Santa Ângela. Específicos: trabalhar no contexto escolar a partir de uma reflexão sobre a ética das virtudes aristotélica em sala de aula com os discentes; discussão sobre a ética das virtudes aristotélica no ensino de filosofia; utilização através de estratégias de ensino, da reflexão e do diálogo sobre a perspectiva das virtudes da ética aristotélica como possível evolução crítica reflexiva dos discentes. A pesquisa se desenvolve a partir de um estudo teórico baseado numa análise bibliográfica em livros, artigos, periódicos, dissertações, teses e de um estudo prático em campo, com uma pesquisa de ação, através da execução de uma proposta de intervenção filosófica na sala de aula. O trabalho em prática tem um caráter filosófico de cunho qualitativo pautado na obra *Ética à Nicômaco* de Aristóteles, assim como de outros comentadores que discutem o tema. Optou-se em trabalhar tal temática numa proposta de intervenção, por achar ainda que a escola é o melhor lugar para se discutir os valores éticos e por acreditar que trabalhar nessa perspectiva possa estimular os discentes a refletir sobre os problemas éticos que afetam a relação de convivência no espaço escolar e sociedade.

Palavras-chave: Ensino. Filosofia. Ética. Virtude.

¹ Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF- FILO) pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. E mail:sergiofariasss49@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Professor Associado na Universidade Federal do Piauí

Ensino de filosofia, a sociedade de controle e a criação em Deleuze

Maria Helena de Sousa Melo¹

Resumo: A pesquisa intitulada “ensino de filosofia, a sociedade de controle e a criação em Deleuze” parte de um contexto problemático em que ocorre o ensino de filosofia entendido como finalidade teleológica. Identifica-se dois contextos que assentam o problema, um situacional, em que se dá o ensino de filosofia nas salas de aula, como campo de efetivação do projeto educacional. Outro circunstancial que expressa as prerrogativas dadas pelo Estado: a formação cidadã e preparação para o trabalho. (LDB, 9394/96). O problema central questiona sobre o papel a que se presta o ensino de filosofia como um fim, de forma a contribuir com a ordem estabelecida e explora as fissuras que possam facilitar a filosofia da diferença para a criação em Deleuze na sociedade de controle. Considera trágico submeter a filosofia a uma autoridade. Pode-se atribuir anuência a um ensino de filosofia submetido pela forma da representação que vai de encontro à fundamentação e ratificação dos poderes constituídos? Que filosofia é essa que se descaracteriza para servir a uma autoridade? É possível operar a criação em Deleuze na sociedade de controle? Que fissuras precisam ser exploradas para desestruturar o fundamento no âmbito da filosofia dada no atual projeto de educação? O objetivo dessa pesquisa busca analisar o ensino de filosofia na esteira da sociedade de controle, problematizando-o à luz do caráter questionador e criador da filosofia, procurando mapear linhas que propiciem a criação. A princípio problematiza-se o atual ensino de filosofia, questionando seu formato e objetivos. Segundo, em caráter propositivo, recorre-se a uma proposta de ensino com foco na diferença, na criação em Deleuze. Discutir sobre “ensino de filosofia” é considerar sua submissão aos objetivos do Estado e sua desfiguração para se adequar ao pressuposto pedagógico. Assim, metodologicamente, busca-se deslocar conceitos Deleuzianos para o campo imanente da Educação (considerando que o filósofo não aborda especificamente sobre esse campo) com foco na análise da relação conflituosa entre o pressuposto da criação expressa por Deleuze e o papel atribuído ao ensino de filosofia expresso no projeto educacional. Campos que se repelem. Em tese, presume-se que o ensino de filosofia se dê como ação intercessora, como exercício anti-guia rizomático, enquanto agenciador de práticas nômades sem rotas definidas, explorador das linhas de fuga, facilitador dos devires em aversão ao ensino calcado na representação e na prática à luz do fundamentado, pois “a verdade não se dá, se trai; não se comunica, se interpreta.” (Deleuze, 2003, p. 89).

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Sociedade de controle. Criação deleuziana.

¹ Possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual do Piauí (2004) e em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí-EAD, (2016); especialista em Fisiologia do Exercício pela Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina-PI e em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania pela Faculdade de Ensino Superior do Nordeste; Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal do Piauí. É professora da rede estadual de Educação Secretaria Estadual de Educação do Piauí. Tem experiência no ensino de Filosofia no Ensino Médio e, em Educação física escolar nível Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

A contribuição do método de Sócrates e sua aplicação no Novo Ensino Médio

Marivaldo de Oliveira Mendes¹

José Renato de Araújo Sousa²

Resumo: Esta pesquisa visa identificar a contribuição do método socrático como abordagem mediadora no ensino de filosofia nas escolas do Ensino Médio, com vista a responder como o método socrático, a partir de exercícios dialéticos, pode facilitar o ensino da filosofia. Desta forma, objetiva-se discutir a aplicação do método socrático como viés metodológico no ensino de filosofia no Novo Ensino Médio. Tendo como hipótese: o uso do método socrático (dialética socrática como racionalização na solução dos problemas) pode ou deve melhorar a mediação da prática de ensino da filosofia na sala de aula. Essa pesquisa seguiu os seguintes passos: 1) Análise da obra Apologia de Sócrates de Platão e outros diálogos socráticos, identificando a estrutura da utilização do método; 2) Discussão sobre o ensino de filosofia no Ensino Médio na ótica de autores contemporâneos, como Alejandro Cerletti (2003 e 2009), Silvio Gallo (2000, 2003 e 2012) e Walter Omar Kohan (2000, 2003, 2005, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013), que de certa forma realizam o exercício dialético de Sócrates em suas abordagens filosóficas; 3) Proposição de um projeto pedagógico de disciplina eletiva no currículo do Novo Ensino Médio, como exercício dialético argumentativo da filosofia na sala de aula, com a realização de laboratório discursivo de temas variados, subsidiando a produção de ensaio filosófico pelos alunos. A partir da análise da Apologia de Sócrates e de outros diálogos socráticos da obra de Platão, com vistas na identificação do método utilizado na narração dos fatos relacionados à defesa de Sócrates diante das acusações dos seus compatriotas atenienses constata-se na argumentação socrática uma desvinculação doutrinária direcionada ou orientativa, mas com uma preocupação recorrente de racionalização dos acontecimentos e de tornar coerente as leis da pólis, bem como uma preocupação intencional com formação das pessoas de sua época, mesmo que isso signifique ir contra os poderes constituídos e as tradições. Por isso, a pesquisa tenta explicitar como os exercícios dialéticos (nos diálogos socráticos) realizados por Sócrates na sua jornada de contrapor o dito do oráculo, a partir da sua afirmativa “só sei nada sei”, diante da nova realidade que se constrói no ambiente escolar com a implantação do Novo Ensino Médio, de acordo com as novas diretrizes da BNCC, pode abrir ou não horizontes para novas possibilidades de conhecimento, nesta última etapa da Educação Básica. E como esse conhecimento propicia a melhora do exercício na sala de aula, auxiliando o professor no ensino da filosofia.

Palavras-chave: Ensino de filosofia. Método socrático. Intervenção filosófica. Disciplina eletiva.

¹ Mestre em Filosofia (PROF-FILO/UFPI), professor da Educação Básica (SEDUC-PI) e Professor Auxiliar da Universidade Estadual do Piauí.

² Professor Associado da Universidade Federal do Piauí.

Pensar a prática e praticar a luta: a experiência do II Encontro Cearense de Professores de Filosofia.

Antônio Alex Pereira de Sousa¹

Débora Klippel Fofano²

Elizabeth Bezerra Furtado³

Roberta Liana Damasceno Costa⁴

Resumo: Em 2022, as escolas de Ensino Médio de todo o Brasil passaram a aplicar, de forma obrigatória, as mudanças presentes na reforma do Ensino Médio. Com a implantação de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que encaminhou a não obrigatoriedade de quase todos os componentes curriculares que passaram a ser organizados por áreas de conhecimento, vimos com isso a mudança na oferta do livro didático para as escolas públicas pelo Plano Nacional de Educação –PNE. As mudanças não se restringiram apenas aos currículos escolares na educação básica, uma vez que com a implementação dos itinerários formativos, a formação focada no alcance de competências e habilidades e as demandas de êxito e satisfação com o resultado do novo ensino médio exigiu uma mudança estrutural na formação e na mentalidade dos professores. Assim como a Educação Básica, o Ensino Superior não ficou fora das reformulações impostas pela União, tendo que atender a normatividade presente na Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica- BNC-Formação, incitando que os cursos de licenciaturas em todo o Brasil reformulem seus currículos para atender as orientações da BNCC. Foi diante das demandas por estratégias de enfrentamentos para encararmos essas novas batalhas impostas aos envolvidos na lide educacional que o II Encontro Cearense de Professores de Filosofia cujo o tema foi “**Pensar a prática e praticar a luta**” se configurou como um espaço para discussões imprescindíveis e estudos propositivos para subsidiar e munir as/os professoras/es de filosofia do estado do Ceará em suas propostas de intervenção a esses enfrentamentos e condução da sua ação docente. A relevância temática do encontro compreende que a realidade atinge a todos nós, mas é no chão da escola que está sendo vivenciado o maior confronto na defesa do ensino de Filosofia e da Educação pública. Nosso objetivo com este relato de experiência é compartilhar as pautas que foram privilegiadas pelos atores que tanto os envolveu no exercício da reflexão filosófica no seio dos embates que atingem a sociedade brasileira e na incessante busca pela institucionalização do ensino de filosofia na educação básica como direito do discente na construção da sua vivência da experiência filosófica e cidadã.

Palavras –chave: Ensino de Filosofia. Formação de Professores. BNCC. Filosofia

1Doutorando e mestre em Filosofia pela UFC. Graduado em Filosofia pela UECE. Professor de Filosofia na rede pública de ensino do Ceará (SEDUC/CE). E-mail: alexsousa.filosofia@gmail.com/ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0200-5879>

2 Doutoranda em Educação pela UFC. Mestra e licenciada em Filosofia pela UECE. Professora de Filosofia na rede pública de ensino do Ceará (SEDUC/CE) Host do Podcast Perdidos na Parallaxe. E-mail: debora.fofano@prof.ce.gov.br/ ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-3713-7564>

3Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará.
E mail:beth.furtado@uece.br /ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-3966-4579>

4Mestra e Graduada em Filosofia pela UFC. Pedagoga pelo Centro Universitário Claretiano. MBA em Gestão de Instituições de Ensino Superior pela UNIJAGUARIBE. Professora Temporária do curso de Filosofia da UVA-CE. E-mail: robertafilos@gmail.com/ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1579-5761>

O ensino da Filosofia no Ensino Médio

Conceição de Maria Sousa Araújo¹

Resumo: O ensino de filosofia, ao longo da sua trajetória, tem contribuído para propiciar uma ampla reflexão sobre a função social do ato de pensar, como uma alternativa para construção moral do ser humano. Nessa perspectiva de emancipação, a filosofia tem o papel de possibilitar ao estudante, a descoberta e apreensão desse saber racional, capaz de construir uma autonomia intelectual alicerçada numa ética que possa trilhar caminhos alternativos para uma sociedade mais justa. Sabe-se da importância do ensino da filosofia para o desenvolvimento da formação crítica dos estudantes e, sobretudo, na sua contribuição para a formação ética na escola. Diante desse desafio de tornar o ensino de filosofia uma alternativa possível de emancipação dos estudantes, tendo como meta uma educação ética que conquiste uma identidade autônoma, na qual o ensino da cidadania represente a conquista da liberdade do homem poder ser e a partir dessa consciência, poder traçar rumos para construção de uma vida mais humana e feliz. A partir desse ponto de vista, a reforma do ensino médio teve como objetivo privilegiar os cursos técnicos e negar aos jovens brasileiros uma educação pública de qualidade que promova um pensar crítico e autônomo, capaz de refletir filosoficamente os problemas sociais e políticos pelos quais passa a nossa sociedade. Tal medida pretende a manutenção de um governo neoliberal e antidemocrático representado por interesses dos grandes empresários que veem no ensino de filosofia um obstáculo ao sistema capitalista, que defende um ensino técnico como condição de garantia de uma mão de obra barata e alienada da maioria da população trabalhadora. Falar da importância da filosofia no espaço escolar, como necessária à educação ético-política do estudante numa sociedade moderna, implica inúmeras dificuldades que a educação brasileira enfrenta nos dias atuais, com problemas relacionados à falta de políticas públicas de valorização dos professores, problemas na gestão escolar com o sucateamento das escolas públicas, o aumento da evasão escolar, da repetência, da violência que, junto com a submissão, a apatia e o desânimo presentes no relacionamento entre professores e estudantes, vêm contribuindo para este quadro caótico na educação pública.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Ética. Educação.

¹ Mestra em filosofia (UFPI)